

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal de Justiça do Paraná inicia a VII Semana Nacional da Conciliação

A abertura da VII Semana Nacional da Conciliação, no Tribunal de Justiça do Paraná, acontece nessa segunda-feira (5/11), às 10h, no 10º andar do Palácio da Justiça.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Gastaldi Buzzi proferirá palestra na abertura do evento, seguido da juíza auxiliar da Corregedoria do CNJ, Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira.

Na ocasião, estarão presentes o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto; o 2º vice-presidente do TJ e presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, desembargador Ivan Campos Bortoleto; a coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de 2º grau e coordenadora da semana Estadual de Conciliação, desembargadora Denise Krüger Pereira, entre outros magistrados e autoridades.

Em suas comarcas, os juízes do estado organizaram audiências de conciliação, que serão realizadas no período de 5 a 14 de novembro. No Tribunal de Justiça do Paraná, será realizado Mutirão Temático de Companhias Aéreas, com processos do Fórum Cível e dos Juizados Especiais.

A Semana Nacional pela Conciliação foi desenvolvida pelo CNJ em parceria com os Tribunais participantes do movimento pela conciliação. A campanha tem a finalidade de disseminar em todo o país a cultura da paz e do diálogo, fortalecendo a solução dos conflitos de forma negociada. É uma oportunidade de resolver consensualmente os problemas de forma rápida e eficaz.

01 NOV 2012

01 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça amplia proteção a empresas em recuperação

Com o fim do prazo, a empresa é obrigada a apresentar um plano de recuperação

Empresas em recuperação judicial conseguiram na Justiça aumentar o prazo de 180 dias, concedido por lei, para blindar as empresas da cobrança de credores, após a concessão da recuperação. Durante esse período, todas as ações e execuções ficam suspensas para que a companhia possa se reestruturar. Com o fim do prazo, a empresa é obrigada a apresentar um plano de recuperação e submetê-lo à aprovação da assembleia-geral de credores. Apesar de a norma ser clara ao dizer que esse período é improrrogável, o Judiciário, principalmente no interior de São Paulo e em Minas Gerais, tem estendido a blindagem entre 10 e 15 dias após a assembleia. As informações são do Valor Econômico.

No caso da Madeireira Uliana, a blindagem venceria no início de outubro. A juíza Renata Xavier da Silva Salmaso, da 1ª Vara Judicial de Tietê (SP), prorrogou a proteção por mais dez dias após a realização da assembleia-geral, marcada para os dias 9 e 21 de novembro. Ou seja, a companhia ganhou mais de um mês antes da retomada das execuções. A magistrada entendeu que a demora no andamento do processo, sem que a empresa tivesse contribuído para isso, justificaria a prorrogação. A companhia, segundo o processo, já teria designado várias datas para a assembleia de credores, sem êxito.

Um atraso na publicação do edital para a convocação da assembleia de credores, não ocasionado pela empresa Palitos Gina, fez com que a empresa também obtivesse a prorrogação. Para o juiz Luiz Antonio Messias, de Nova Ponte (MG), onde corre a recuperação da empresa, o artigo 6º da Lei de Falências, que trata do período de blindagem, e prevê expressamente que os 180 dias não são prorrogáveis, deve ser interpretado juntamente com o princípio da preservação da empresa. Por isso, o magistrado estendeu o prazo, pois a demora na aprovação do plano de recuperação não aconteceu por culpa da empresa. Por essa razão, concedeu mais dez dias de proteção após a assembleia-geral de credores.

O mesmo ocorreu com o Frigorífico Frigol. O juiz Mario Ramos dos Santos, da 2ª Vara de Lençóis Paulista (SP), concedeu mais dez dias após a assembleia. Para o magistrado, como se trata de uma recuperação judicial complexa, com elevados números de credores, vários incidentes e impugnação e que a empresa e o administrador vêm se esforçando para assegurar uma rápida tramitação da recuperação, poderia ocorrer a prorrogação. Segundo ele, a medida atende integralmente não só aos interesses das empresas em recuperação, mas também de todos os credores, visando evitar inúteis tumultos processuais.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juízes apontarão dificuldades para aplicar medidas cautelares

A aplicação pelos juízes criminais da Lei n. 12.403/2011, que estabeleceu uma série de medidas cautelares em substituição à prisão em delitos com pena de até quatro anos de reclusão, será investigada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O órgão de planejamento estratégico do Judiciário brasileiro abrirá hoje consulta entre magistrados e servidores do Poder Judiciário para saber quais e quantas medidas cautelares foram aplicadas ou não no período de 5 de julho do ano passado a 5 de julho de 2012. A pesquisa vai até 15 de dezembro de 2012. Podem participar magistrados, escrivães e chefes de secretaria.

O juiz auxiliar da presidência e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, Luciano André Losekann, explicou que a percepção é que a lei está sendo muito pouco aplicada no dia a dia dos magistrados. “De forma empírica, verificamos que foram muito poucas as medidas aplicadas pelos juízes. Nossa desconfiança é de que isso ocorre porque a lei é omissa sobre quem deva fiscalizar a execução das medidas. Exemplificativamente, uma das medidas é o recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou o acusado possui residência e trabalho fixos.

01 NOV 2012

MP-PR OFERECE VAGA DE ESTÁGIO EM DIREITO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Regional de Almirante Tamandaré seleciona estagiário em Direito para ocupar uma vaga e formar cadastro reserva. Os candidatos devem estar matriculados a partir do 3º ano ou 5º semestre do curso de Direito. As inscrições devem ser feitas até 5 de novembro, na sede da Promotoria, situada à Rua Antonio Baptista de Siqueira, nº 346, das 13 às 17 horas. As inscrições também poderão ser realizadas via fax. Para informações, o telefone da Promotoria é (41) 3657-2294. Acesse o edital completo da vaga na página do MP-PR (www.mp.pr.gov.br), no link Estágios, Testes seletivos.

01 NOV 2012

METRO

Tremores do Fórum Cível preocupam funcionários

Prédio do Fórum Cível preocupa

Servidores farão manifestação por segurança na segunda

“O laudo técnico diz que está tudo bem, mas nós sabemos que não está.”

RENATA FERNANDES, FUNCIONÁRIA DO FÓRUM CÍVEL

“O prédio não apresenta risco algum para os funcionários.”

CORNÉLIUS UNRUH, DIRETOR DE ENGENHARIA DO TJ-PR

● Uma audiência pública está marcada na segunda-feira em frente ao prédio para pedir providências que garantam a segurança do local

Os funcionários que trabalham no Fórum Cível de Curitiba, localizado na Avenida Cândido de Abreu, no Centro Cívico, reclamam dos problemas estruturais do prédio. Segundo eles, há rachaduras em várias paredes e são constantes os tremores no local.

Cerca de 5 mil pessoas frequentam o prédio todos os dias. Na semana passada, o edifício, que tem 11 andares, precisou ser evacuado depois que foram sentidos tremores no 5º andar.

Na segunda-feira, das 12h até as 14h, está programada uma audiência pública em frente ao edifício para chamar a atenção sobre esses problemas. “Queremos que sejam tomadas providências para garantir a segurança de todos os funcionários e queremos a transparência do Tribunal de Justiça sobre a real situação”, diz uma das organizadoras do movimento, Renata Fernandes, que trabalha no 2º andar do prédio.

Até ontem, mais de 260 pessoas há haviam confirmado presença ao ato. Além de um risco de vida, os funcionários também afirmam que a situação atual também é um risco jurídico, já que há vários processos no Fórum.

Tribunal de Justiça

O diretor do Departamento de Engenharia do Tribunal de Justiça do Paraná, Cornélius Unruh, garante que o prédio tem uma boa estrutura. “Em abril do ano passado foi emitido um laudo que mostrou que não há qualquer problema que comprometa a segurança dos funcionários. Essas vibrações são aceitáveis e são sentidas pela movimentação de veículos que passam pela rua principal”, explica.

LINA HAMDAR
METRO CURITIBA

01 NOV 2012

METRO

União terá que indenizar mulher

O TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) condenou a União a pagar R\$ 5 mil de indenização por danos morais a uma moradora de Curitiba que teve o CPF e título de eleitor obtidos por uma falsária em seu nome junto à Caixa Econômica Federal e ao Tribunal Regional Eleitoral. A decisão foi da 4ª Turma e confirmou sentença de primeiro grau.

O fato ocorreu em 2004 e a vítima alegou que teve o nome incluído no cadastro de inadimplentes por seis anos. Ela disse que uma mulher teria feito a documentação falsa após roubar a carteira de identidade dela. Em seguida, teria gasto grande valor em compras e ainda feito um seguro de vida.

“Tais fatos geraram abalo moral à autora, que teve seu nome inscrito em cadastro de inadimplentes e, ainda, recebeu por sua própria vida, devido ao seguro de vida realizado pela falsária”, argumentou o desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Junior.

Homicídios caem 11,4% em Curitiba

O número de homicídios registrados em Curitiba de janeiro a setembro deste ano diminuiu 11,48%, na comparação com o mesmo período de 2011. Foram 478 casos registrados na capital nos primeiros nove meses do ano, contra 540 do ano passado.

Os dados fazem parte do relatório de crimes relativos à morte do período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2012, divulgado ontem pela Secretaria Estadual da Segurança Pública.

Na região metropolitana de Curitiba, a redução no índice de homicídios foi de 5,68%.

O secretário de Segurança Pública, Cid Vasques, comemorou o resultado. “A queda no número de homicídios em Curitiba e região metropolitana é um indicativo de que as ações da Segurança Pública têm obtido resultados positivos dentro das metas estabelecidas nesta gestão”, afirmou Vasques.

01 NOV 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

e

Tremor no Fórum Cível

Trabalho no Fórum Cível, no 6º andar, e senti os tremores no edifício na semana passada (**Gazeta**, 26/10). Todos os dias passam veículos pesados ao lado do fórum, inclusive há uma estação-tubo próxima. O que se sentiu – e continua se sentindo – são ondulações. A não ser que o mesmo “veículo pesado” passe inúmeras vezes por dia, há algo errado. Pode ser que a estrutura do prédio não esteja comprometida, mas com certeza não é normal haver tremores durante o dia.

Thais Vidoti

A complicada compra do hotel

Esta coluna revelou, na edição da última terça-feira, que dois decretos assinados pelo governador Beto Richa liberam recursos e declaram de utilidade pública para fins de desapropriação um edifício de 13 andares no centro de Curitiba para nele se instalar a Procuradoria Geral do Estado (PGE). Atualmente, neste prédio funciona, sob regime de franquia, um hotel cinco estrelas, o Crowne Plaza. Tanto o imóvel quanto a exploração do empreendimento hoteleiro são da Nova Itália, uma construtora e incorporadora sediada em Pato Branco, Sudoeste do Paraná.

Por um dos decretos (o de n.º 6.089), Richa autoriza a transferência de R\$ 22 milhões do orçamento da Cohapar (Companhia de Habitação do Paraná) — empresa estatal que se destina à construção de moradias populares — para o Fundo Estadual da PGE (FEPGE). Pelo outro decreto, o de n.º 6.090, declara o imóvel como de utilidade pública e determina sua desapropriação.

Várias dúvidas foram levantadas quanto à negociação. Algumas delas foram submetidas ao procurador geral do Estado, Júlio Zem; outras, à Cohapar e à secretaria do Planejamento — os três órgãos estatais diretamente envolvidos. Resumidamente, o procurador respondeu:

1) A aquisição custará mais do que os R\$ 22 milhões citados. A tal valor “somam-se os recursos já existentes do FEPGE para esta finalidade”. 2) O imóvel tem condições de sediar a PGE imediatamente, “sem necessidade de adaptação” com exceção de retirada de divisórias. 3) A opção pelo prédio do hotel se deu em razão do custo/benefício: preço do metro quadrado, localização e capacidade para suprir a demanda da PGE.

As respostas de Júlio Zem contém lacunas importantes: ficou claro que R\$ 22 milhões não bastam para a aquisição,

mas não informam o valor a ser complementado, o que levanta dúvidas a respeito do exato preço do metro quadrado e sua aferição com os preços de mercado.

Pergunta-se: se apenas a remoção de divisórias bastaria para adaptar o imóvel, permaneceriam as banheiras e as pias de mármore?

Quanto à origem e destino do dinheiro, indagações foram dirigidas à Cohapar e à secretaria do Planejamento. Em tese, a Cohapar sai prejudicada, pois perdeu recursos para construir 630 moradias populares, ao custo médio de R\$ 35 mil cada uma. Estranhamente, a companhia não manifesta insatisfação, explicando (via secretaria estadual de Comunicação Social) que o remanejamento orçamentário é apenas “gráfico”. A secretaria do Planejamento confirma o entendimento.

Como se sabe que os vendedores do imóvel não ficarão satisfeitos em receber o pagamento com recurso “gráfico”, conclui-se que dinheiro “vivo”, antes previsto para casa popular, vai mesmo comprar prédio de luxo para a PGE.

Outro detalhe nebuloso: uma consulta ao site do Tribunal de Justiça informa que há ações de proprietários de alguns dos apartamentos do prédio — antes concebido como “apart hotel” e depois transformado em hotel cinco estrelas. Uma das ações (207/2007, da 1.ª Vara Cível) cobra da incorporadora Nova Itália indenização de R\$ 1,5 milhões. A PGE não se importa em comprar um imóvel sob litígio judicial?

Conclusão da história: a PGE parece ter orientado bem mal o governador ao fazê-lo assinar os decretos.

01 NOV 2012

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Roberto Custódio/Jornal de Londrina



Luiz Vieira Rocha é acusado de ser o mandante do crime. Tribunal julga acusado da morte de Amanda Rossi

Começou, às 9 horas de ontem, no Fórum de Londrina, o júri popular de Luiz Vieira Rocha, 38 anos, um dos três acusados do assassinato da estudante Amanda Rossi. Ela foi encontrada morta na casa de máquinas do campus da Unopar, no Jardim Piza, zona sul da cidade, em 28 de outubro de 2007.

Rocha está detido na Penitenciária Estadual de Londrina I (PEL I) desde dezembro de 2008 e é acusado de ser o mandante intermediário do crime. A previsão é que o julgamento, comandado pela juíza da 1ª Vara Criminal de Londrina, Elizabeth Kather, estenda-se até a madrugada.

EVENTO

Jornada de estudos jurídicos da Escola da Magistratura Federal do Paraná

► DATA: 5 e 6 de novembro (inscrições abertas).

► LOCAL: OAB-PR – Rua Brasilino Moura, 253 – Ahú.

► INFORMAÇÕES: (41) 3078-6600 ou secretaria@esmafe.com.br

BESSA

Língua de sogra 1

O deputado estadual Ney Leprevost comemorou seu aniversário de 39 anos, nesta terça-feira, na Casa de Festas do Graciosa Country Club. Cerca de 500 pessoas passaram por lá, entre políticos, empresários, magistrados, promotores de justiça, delegados e membros do governo do estado. O ex-prefeito de Curitiba Saul Raiz e o empresário Salomão Soifer estavam entre os convidados. Raiz se emocionou ao ouvir o aniversariante dizer em discurso que se espelha nele na política.

COLUNA DO LEITOR

Nova sede da PGE

Fiquel perplexo com a desapropriação de um hotel de luxo feita pelo governo estadual para abrigar a Procuradoria-Geral do Estado (**Gazeta**, 30/10). Será que há uma boa razão para a desapropriação, como existência de dívida de Impostos, irregularidade na construção do edifício, ou o prédio foi simplesmente escolhido e o proprietário terá de abdicar do seu direito e entregá-lo?

Altair Milani

01 NOV 2012

GAZETA DO POVO

JETONS

TRF suspende limitação da remuneração de ministros

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) suspendeu ontem os efeitos de decisão de um juiz federal que limitava as remunerações de ministros ao teto constitucional. A decisão, agora suspensa, foi expedida na última quinta-feira em caráter liminar e foi tomada em ação popular ajuizada em Passo Fundo (RS).

Ministros como Celso Amorim (Defesa), Fernando Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Paulo Bernardo (Comunicações) recebem verba extra porque integram os conselhos de administração de órgãos ou empresas estatais. Ao todo, a ação pede a suspensão dos jetons acima do teto de 11 ministros do governo Dilma Rousseff.

O desembargador Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle acatou recurso da Advocacia Geral da União (AGU) e suspendeu os efeitos da decisão até o julgamento do mérito da ação no tribunal.

Algumas das estatais que têm ministros no conselho são Correios, BNDES, Eletrobras e Brasprev.

Em defesa prévia, a AGU defendeu a legitimidade do acúmulo de remunerações. "A retribuição pelo exercício de função em conselho de entidade de direito privado guarda um caráter próprio, correspondente à retribuição de representação", alegou.

GAZETA DO POVO

01 NOV 2012

Senado aprova medida que define crimes cibernéticos

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o substitutivo do relator Eduardo Braga (PMDB-AM) ao projeto de lei que tipifica os crimes online. A proposta altera o Código Penal, introduzindo crimes como o de invasão da rede de computadores ou de equipamentos, como ocorre com a clonagem de cartões de crédito em postos de gasolina e outros estabelecimentos comerciais. As penas variam de 3 meses a 3 anos de detenção, mais multas.

Braga disse que, das 58 bilhões de operações que ocorrem por ano hoje no país, cerca de 2 bilhões são fraudadas. O número, segundo ele, mostrou a exigência da sociedade em dar uma resposta para conter esses crimes, enquanto o novo Código Penal não fica pronto. Na falta de lei, os juízes tratam hoje os crimes cibernéticos como estelionato ou então mandam arquivar a denúncia, informou o senador.

Vazamento

O texto original, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), foi modificado pelos senadores e por isso terá de ser reexaminado na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado em maio naquela Casa, quando do vazamento na internet de fotos íntimas da atriz Carolina Dieckmann, com ampla repercussão na mídia.

Entre os crimes tipificados pelo projeto está, ainda, aquele praticado por hackers invasores de sistemas, que passarão a ser punidos com pena de detenção de 1 a 3 anos. Serão igualmente punidos os que dificultarem as operações de sites ou a invasão de dispositivos de informática mediante o uso indevido de mecanismos substitutos de senhas.

PF desarticula quadrilha que desviava precatórios

A Polícia Federal deflagrou ontem operação contra um suposto esquema de fraudes no pagamento de um precatório estimado em R\$ 3 bilhões, considerado pela PF como o maior do país.

O pagamento que estaria sendo alvo de fraudes é uma dívida do governo federal com professores e servidores da educação de Rondônia.

O pagamento foi determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 14.ª Região (Rondônia e Acre). A PF, porém, suspeita que estelionatários tenham usado procurações falsas para receber no lugar dos servidores. A mesma suspeita levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a suspender, em maio, pagamentos ligados a esse processo.

A então corregedora Eliana Calmon disse à época que juízes que acompanhavam o caso em Rondônia haviam sido ameaçados.

Em junho, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia afastado dois magistrados do TRT da 14.ª Região, suspeitos de envolvimento no caso.

Um suposto estelionatário e a mulher dele, advogada, foram presos ontem durante a operação da PF. Também é investigada a participação de outras pessoas, como advogados que representam o sindicato dos servidores da educação e integrantes do próprio sindicato. Há suspeita de que até um morto tenha recebido parte do precatório.

Justiça tira do cargo a prefeita de Natal

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte determinou o afastamento imediato da prefeita de Natal, Mícarla de Sousa (PV), por suspeita de participação em fraudes em licitações. O vice-prefeito da cidade, Paulinho Freire (PP), deve tomar posse hoje.

A decisão, em caráter liminar, foi tomada na terça-feira pelo desembargador Amaury Moura e atende a um pedido do Ministério Público (MP) do último dia 11. A defesa de Mícarla de Sousa disse que irá recorrer da decisão.

O MP fala em fortes indícios de envolvimento da prefeita em fraudes na qualificação e seleção de organizações sociais para gestão de unidades de saúde na cidade. Segundo o MP, entidades contratadas pela prefeitura inseriam despesas fictícias nas prestações de contas entregues à Secretaria Municipal da Saúde, como forma de desviar recursos públicos.

Crack, gestão urbana e internação compulsória

| Taniele Rui e Maurício Fiore

Um debate sério sobre internação compulsória para consumidores de crack precisa ter em conta que a discussão deriva do fato de que alguns deles (justamente os de corporalidade abjeta) ocupam ou se espalham por territórios específicos das cidades brasileiras. Ou seja, a novidade trazida pelo crack é a aparição no espaço público de considerável número de indivíduos que, com seus corpos e movimentações inusitadas, se tornam visíveis para a cidade e, conseqüentemente, incitam a produção dos mais distintos aparatos de gestão, tratamento e atenção.

Difícil, pois, não associar propostas de internação compulsória com o afastamento da visibilidade pública desses sujeitos, sobretudo num contexto de preparação para Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Não é coincidência que o Rio de Janeiro esteja no centro do debate sobre tais ações.

Não se nega que há casos em que é necessária a intervenção externa — e há, inclusive, previsão legal para fazê-la (Lei 10.216/2001). A internação involuntária pressupõe a autorização médica para que alguém seja internado contra a vontade quando em descontrole extremo e exposição de si e de outros ao risco de morte. Tal internação deve ser individualizada, realizada por equipe especializada e comunicada imediatamente ao Ministério Público. A internação compulsória pressupõe uma ordem judicial específica prévia. Ambas são exceções e não podem se tornar eixos de políticas públicas voltadas aos consumidores e dependentes de qualquer droga.

Além disso, se a preocupação é com tratamento e bem-estar, há de se esclarecer que internação, retirada do convívio social e foco na abstinência não são nem os únicos nem os mais eficazes dos procedimentos. Muitos consumidores já passaram por internações e sabem bem que elas não resolveram magicamente os seus problemas.

Melhor é investir na rede de atenção já existente, notadamente nos Centros de Atenção Psicossocial especializados em álcool e outras drogas (Caps-AD), nos programas de redução de danos e nos consultórios de rua, alternativas construídas com longo trabalho. Seus pressupostos são o respeito aos direitos humanos e ao livre arbítrio, e o entendimento da dependência como um fenômeno complexo que exige estratégias variadas. Nesse sentido, sabe-se que o isolamento involuntário pode ser tão ou mais doloroso e nocivo que a própria dependência — principalmente se considerarmos que muitos desses abrigos são depósitos de gente pagos com dinheiro público.

O pânico atual parece ignorar que o crack é uma agravante da miséria brasileira, mas não a inventou, nem é o único fator que a mantém. Líderes políticos se interessam em fazer do crack o novo bode expiatório e, assim, clamam por uma guerra contra a droga acusada, de forma oportunista, de ser a responsável pelas mazelas sociais brasileiras.

Ao serem acusados de perder o domínio sobre seus corpos, seu consumo, suas dívidas e suas relações sociais, os consumidores de crack são apontados como ameaça perene à segurança e à higiene urbana. Em sua aparição pública, os consumidores de crack desafiam, ironicamente, as ações políticas, pois a suposta perda de controle coloca em risco a autoridade dos gestores sobre eles — o que nos ajuda a entender por que tanta insistência na contenção e na internação massiva como política pública.

Taniele Rui, antropóloga, é professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (Neip). Maurício Fiore, antropólogo, é pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e do Neip.

LARISSA RAMINA

Guarani-kaiowá: a tragédia anunciada

Larissa Ramina

No dia 8 de outubro, o Brasil tomou conhecimento, por carta dirigida ao governo e à Justiça Federal, de uma declaração de “morte coletiva” de 170 homens, mulheres e crianças da etnia indígena guarani-kaiowá, em resposta a uma ordem de despejo decretada pela Justiça de Naviraí (MS), onde estão acampados às margens do Rio Hovy, aguardando a demarcação das suas terras tradicionais, ocupadas por fazendeiros e vigiadas por pistoleiros.

Trata-se de um ato de desespero em resposta ao que os guarani-kaiowá chamaram de “ação de genocídio e extermínio histórico ao povo indígena” no decorrer de sua história. Em tentativas de recuperação de suas terras, já foram atacados por pistoleiros, sofreram maus-tratos e espancamentos; mulheres, velhos e crianças tiveram braços e pernas fraturados, e líderes foram assassinados.

Agora, os índios pedem que, em vez de uma ordem de expulsão, o governo e a Justiça Federal decretem sua “dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos”. No dia 30 de outubro, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos informou que o governo federal conseguiu suspender a liminar que expulsava os índios de sua terra natal.

Em artigo contundente, Eliane Brum relembra que a história dos guarani-kaiowá é a história da ocupação de suas terras pelos brancos e de seu confinamento em reservas, dentro da percepção de que terra ocupada por índios é terra de ninguém. Com a chegada dos colonos, os indígenas passaram a ter três destinos: as reservas, o trabalho semiescravo nas fazendas ou a fuga para a mata. Durante a ditadura militar, a colonização do Mato Grosso do Sul se intensificou, trazendo muitos sulistas para ocupar a terra dos índios.

Com a redemocratização do país e a Constituição de 1988, abriram-se esperanças de que os territórios indígenas fossem demarcados em cinco anos, o que não aconteceu em razão das pressões dos grandes proprietários de terras e do agronegócio.

A situação dos guarani-kaiowá, segundo grupo mais numeroso do país, é considerada a mais grave. Confinados em reservas como a de Dourados, encontram-se em situação de catástrofe humanitária: além da desnutrição infantil e do alcoolismo, os índices de homicídio são maiores que em zonas em guerra, como o Iraque. Comparado à média brasileira, o índice de homicídios da reserva de Dourados é 495% maior. Os índices de suicídio estão entre os mais altos do mundo: enquanto a média do Brasil é de 5,7 por 100 mil habitantes, nessa comunidade indígena supera os 100 por 100 mil habitantes. Pesquisadores identificam na falta de perspectivas de futuro as causas da tragédia.

A indignidade que permeia a vida dos guarani-kaiowá é ultrajante; vivem uma guerra civil no Brasil rural. Como pano de fundo está a questão cultural que identifica nos indígenas uma primitividade inadmissível no século 21 e, portanto, um entrave ao desenvolvimento econômico que deve ser removido. Dessa forma, ignora-se a imensidão de riquezas culturais e de conhecimentos tradicionais dos primeiros habitantes das Américas.

O ex-presidente Lula reconheceu que ficou em dívida com os guarani-kaiowá. É imperioso que o Brasil da presidente Dilma seja realmente “um país de todos”, e reconheça o direito de existência daquele povo, bem como seu direito à alimentação, à saúde, à moradia digna e à preservação de seu patrimônio cultural.

Larissa Ramina é professora de Direito Internacional da UFPR e da UniBrasil.

01 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO STJ autoriza incluir sobrenome de parceiro em união estável

Decisão é a 1ª na qual tribunal altera registro de nascimento entre pessoas não casadas; caso deve ir ao STF

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou uma mulher que vivia em união estável a ter o sobrenome do seu companheiro. A decisão, de 16 de outubro, é a primeira na qual o tribunal altera o registro de nascimento entre pessoas não casadas.

Agora, Áurea Salvador de Meeiros, de 62 anos, que mantinha um relacionamento com Benedito da Silva Caldas, de 82 anos, há mais de três décadas, deverá se chamar Áurea Salvador de Meeiros Caldas. O casal, com um filho, desejou continuar a viver em união estável porque Caldas tinha mais de 60 anos e, por isso, o casamento só era possível com separação total de bens.

“O sobrenome apenas ratifica o que somos há mais de 30 anos: uma família. Nós nos sentimos assim desde o início. Ter o sobrenome comum reforça esse sentimento”, diz Áurea.

A Justiça de Goiás não havia aceitado a mudança no nome de Áurea, levando em conta uma regra que só permite a troca de sobrenomes entre companheiros em um caso específico: se um deles tivesse um impedimento para casar. Isso ocorreria caso um dos dois já tivesse casado antes e se separado sem desfazer a relação no papel. Além disso, a lei de 1975 exige o mínimo de cinco anos de convivência ou um filho em comum. Também esse companheiro não poderia ter o sobrenome de outro casamento.

Segundo o Tribunal de Justiça de Goiás, ambos não possuíam qualquer impedimento para o matrimônio. Portanto, só haveria a saída de se casar para trans-

ferir o sobrenome. “Ficou uma situação um pouco esdrúxula. Se eles fossem casados, mas separados de fato (*sem formalizar o rompimento*), poderiam mudar o nome. Eles solteiros, não” afirma o advogado do casal, Rodrigo de Oliveira Caldas.

O presidente da Associação Nacional dos Registradores Cíveis (Anoreg), Rogério Bacellar, diz que se esse procedimento já fosse feito no cartório seria mais fácil. “Hoje não existe nenhuma lei autorizando os cartórios, mas muitos juízes já permitem.” Para Bacellar, os registros só poderão sofrer alterações sem necessidade de ir à Justiça após o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar essa questão, a exemplo das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Hoje, homossexuais que declaram judicialmente uma união estável acabam pedindo também a troca de seus sobrenomes.

“Muita gente quer mudar de sobrenome, mas não sabe que tem direito. Há companheiros que passam uma vida toda com filhos, que até têm o sobrenome de ambos os pais, mas o do casal não muda”, diz a advogada Maria Berenice Dias, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibd-fam). A Constituição de 1988, segundo a advogada, não faz diferença entre união estável e casamento. No entanto, o Código Civil dá tratamento distinto para alguns direitos, como no caso de herança.

Censo mostra crescimento

O Censo-2010 mostrou que a chamada união consensual foi a única que teve crescimento na década 2000-2010, de 28,6% para 36,4%. A proporção de pessoas casadas no civil e no religioso caiu de 49,4% para 42,9%.

Em uma união estável, um casal constitui uma família apenas pela convivência informal. Já no casamento é feita uma celebração oficial e os cônjuges mudam de estado civil para casados. Uma pessoa que casa apenas no religioso passa a viver em união estável. Desde maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável também entre pessoas do mesmo sexo. Por garantia, um contrato de convivência pode ser feito em cartório, mas ele não tem o mesmo efeito que um casamento civil.

01 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Operação tenta desarticular quadrilha do superprecatório

Dinheiro de ação de R\$ 3 bi que deveria ser destinado a professores de Rondônia é desviado

A Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Pretório para desarticular organização criminosa envolvida com o maior precatório do País, no valor de R\$ 3 bilhões, expedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14.^a Região (TRT14), em Rondônia. Cerca de 200 policiais federais cumpriram 64 mandados de busca e apreensão em Porto Velho, no Distrito Federal e nos Estados do Mato Grosso, Amazonas, São Paulo e Paraíba.

O superprecatório foi suspenso em junho pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ocasião foram afastados de suas funções o corregedor do TRF14, Vulmar de Araújo Coelho Júnior, e o juiz que presidia o processo do precatório bilionário, Domingos Sávio Gomes dos Santos.

Alertada pela Justiça do Trabalho, a PF descobriu que pelo menos R\$ 5 milhões do precatório gigante foram sacados por um grupo supostamente liderado pela advogada Elisiane Lisieux Ferreira e por seu marido, José Hernandes Veloso Martins. O casal foi preso. Segundo a PF, eles usavam nomes falsos de beneficiários.

A sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Porto Velho foi vasculhada pela PF. A investigação revela que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia recebeu parte do precatório que deveria ter sido repassado aos servidores.

O precatório corresponde a uma dívida do extinto território de Rondônia com servidores da área da Educação. De acordo com o CNJ, R\$ 358 milhões já teriam sido liberados, mas nenhum profissional do ensino recebeu. Há suspeitas de que parlamentares estariam envolvidos no esquema.

● Preocupante

ELIANA CALMON

EX-CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA

"É um caso bastante 'sui generis', bastante preocupante pelo nível de agressividade que essa quadrilha está impondo às pessoas que se aproximam do processo para fazer uma verificação maior"

Cifras bilionárias. Todos os valores contidos no precatório, tanto os já pagos quanto os que ainda não foram liberados, estão sob inspeção, uma vez que constituem cifras bilionárias pela incidência de juros e correção e, principalmente multas exorbitantes que inflacionaram os cálculos.

A operação da PF tem origem em diversas investigações que convergiram, todas, para o maior volume de títulos precatórios existente no País. A PF rastreia outras inclusões irregulares de titulares nos precatórios. O pagamento de honorários advocatícios sobre os precatórios investigados também pode conter irregularidades, na avaliação da PF. Apenas um advogado chegou a receber cerca de R\$ 100 milhões.

O superintendente da PF em Rondônia, delegado Donizetti Aparecido Tambani, informou que um juiz e testemunhas foram ameaçados de morte. "A parcela de R\$ 5 milhões foi paga em 2011 e a partir daí fomos investigar. Usaram documentos falsos para fazer o levantamento do dinheiro. Alguém foi à Justiça e alegou que estava na ação e queria verificar quando ia receber. A consulta mostrou que aquela pessoa já havia recebido, quando na verdade o dinheiro foi para terceiros."

O corregedor afastado, Vulmar Coelho, não retornou contato da reportagem. O juiz Domingos Sávio não foi localizado.

0 1 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

STF começa a julgar proibição ao amianto

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) começaram a julgar ontem a constitucionalidade de leis dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul que proíbem o uso, a produção e a venda de amianto. Até o início da noite, a votação não havia terminado.

O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, julgou constitucionais essas leis. Prestes a se aposentar compulsoriamente, Britto pôs o processo em julgamento e se posicionou contra ações que questionavam a competência dos Estados para legislar sobre o assunto. De acordo com as ações, isso cabe à União.

Britto disse que a lei federal, que permite o uso do amianto da espécie crisotila, tem algumas obscuridades que foram resolvidas pelas normas estaduais. Segundo ele, em matéria de defesa do consumidor, do meio ambiente e da saúde, a União e os Estados têm competência para legislar. E podem atuar de forma concorrente e complementar.

O ministro Marco Aurélio Mello, segundo a se manifestar, indicava que votaria em sentido contrário. Segundo ele, cabe à União e não aos Estados legislar sobre o uso, a produção e a venda do amianto. Ele lembrou que o STF já julgou o assunto e concluiu que eram inconstitucionais as leis estaduais que vedavam o amianto. "A proibição do comércio pode ensejar um novo capítulo de guerra federativa", disse.

A primeira parte da sessão foi consumida por sustentações orais de advogados que defendem entidades favoráveis e contrárias ao uso do amianto. Mas não havia quórum para julgar especificamente o processo sobre a lei federal. Dois dos dez ministros não participaram da sessão e Dias Toffoli estava impedido, pois havia atuado no processo como advogado-geral da União.

Senado aprova projeto que pune crime online

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o substitutivo do relator Eduardo Braga (PMDB-AM) ao projeto de lei que tipifica crimes online. A proposta altera o Código Penal, introduzindo crimes como invasão da rede de computadores ou de equipamentos e clonagem de cartão de crédito em lojas. As penas variam de 3 meses a 3 anos de detenção, mais multas. O texto original, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), foi modificado pelos senadores e por isso terá de voltar à Câmara dos Deputados.

SÔNIA RACY

Expertise

De olho no caso Nardoni, o TJ de Minas Gerais pediu consultoria ao de São Paulo – para definir a cobertura do julgamento do goleiro **Bruno**, marcado para dia 19.

Afinal, o desaparecimento de **Eliza Samúdio** chama tanta atenção do público quanto a morte de **Isabella Nardoni**.

01 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Por fraude, Justiça afasta prefeita do PV em Natal

A prefeita de Natal, Mícarla de Sousa (PV), foi afastada ontem do cargo, por decisão do desembargador Amaury Moura, do Tribunal de Justiça. Ele acatou pedido do procurador-geral de Justiça, Manoel Onofre Neto. Em ação com pedido liminar, o Ministério Público denunciou o suposto envolvimento da prefeita em fraude em processos licitatórios da Secretaria Municipal de Saúde. O caso ficou conhecido como Operação Assepsia, no qual foram denunciados empresários, o procurador do município e secretários por ilegalidades em contratos de empresas para gerenciar as Unidades de Pronto Atendimento e a Assistência Médica Especializada. Na ação, Onofre Neto pediu também o afastamento dos secretários municipais da Copa, Jean Valério, e do Meio Ambiente e Urbanismo, Bosco Afonso.

O cargo de titular do Executivo será ocupado pelo vice-prefeito, Paulinho Freire (PP), eleito vereador no pleito deste ano. Mícarla fez uma carreira política rápida. Filha do ex-senador Carlos Alberto de Sousa (já falecido), a jornalista se elegeu em 2004 vice-prefeita de Natal, na chapa do então prefeito (e hoje prefeito eleito) Carlos Eduardo (PDT). Menos de seis meses após tomar posse, rompeu com o gestor. Em 2006 foi eleita deputada estadual e dois anos depois, chegou à prefeitura, eleita no 1.º turno.

Agostora tem índice de desaprovação superior a 95%, conforme pesquisa Ibope. Logo de manhã, ao saber que havia sido afastada, Mícarla ficou em casa e não concedeu entrevistas ou emitiu nota oficial.

01 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

O operador. Empresário mineiro apareceu espontaneamente no Ministério Público Federal em setembro, fez novos relatos e propôs, em troca de mais detalhes, sua inclusão no programa de testemunhas, o que o livraria da cadeia; procuradores veem iniciativa com ressalvas

Condenado, Valério cita Lula e Palocci em novo depoimento à Procuradoria

Empresário condenado como o operador do mensalão, Marcos Valério Fernandes de Souza prestou depoimento ao Ministério Público Federal no fim de setembro. Espontaneamente, marcou uma audiência com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Fez relatos novos e afirmou que, se for incluído no programa de proteção à testemunha – o que o livraria da cadeia –, poderá dar mais detalhes das acusações.

Dias depois do novo depoimento, Valério formalizou o pedido para sua inclusão no programa de testemunhas enviando um fax ao Supremo Tribunal Federal. O depoimento é mantido sob sigilo. Segundo investigadores, há menção ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ex-ministro Antonio Palocci e a outras remessas de recursos para o exterior além da julgada pelo Supremo no mensalão – o tribunal analisou o caso do dinheiro enviado a Duda Mendonça em Miami e acabou absolvendo o publicitário.

Ainda no recente depoimento à Procuradoria, Valério disse já ter sido ameaçado de morte e falou sobre um assunto com o qual parecia não ter intimidade: o assassinato em 2002 do então prefeito de Santo André, Celso Daniel.

A “troca” proposta pelo empresário mineiro, se concretizada, poderá livrá-lo da prisão porque as testemunhas incluídas no programa de proteção acabam mudando de nome e passam a viver em local sigiloso tentando ter uma vida normal. No caso da condenação do mensalão, Valério será punido com regime fechado de detenção. A pena ultrapassou 40 anos – o tempo da punição ainda poderá sofrer alterações no processo de dosimetria. O empresário ainda responde a pelo menos outras dez ações criminais, entre elas a do mensalão mineiro.

Ressalvas. Os detalhes do depoimento, assinado por Valério e pelo criminalista Marcelo Leonardo, seu advogado, são tratados com reserva pelo Ministério Público. O empresário sempre foi visto por procuradores da República como um “jogador”. Anteriormente, chegou a propor um acordo de delação perante o ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza – autor da denúncia contra o mensalão –, mas, sem apresentar novidades, o pedido foi recusado.

O novo depoimento pode ser, na avaliação de procuradores, mais uma manobra estratégica a fim de ele tentar se livrar da severa punição imposta pelo STF.

Por isso, as informações e novas acusações estão sob segredo.

O Ministério Público analisará se abre ou não novo processo para investigar a veracidade dos dados. Gurgel ainda avalia se aceita ou não incluir Valério no programa de proteção a testemunhas.

O advogado de Valério não quis comentar o assunto num primeiro momento. Depois, disse: “Se essa matéria for publicada e o meu cliente for assassinado terei que dizer que ele foi assassinado por conta dessa matéria. Não tenho outra opção”.

O envio do fax ao STF com o pedido de proteção foi confirmado na terça-feira passada, pelo presidente da Corte, ministro Carlos Ayres Britto. “Chegou um fax. Não posso dizer o conteúdo porque está sob sigilo.”

O pedido foi destinado ao gabinete do relator do processo do mensalão, ministro Joaquim Barbosa, e encaminhado para análise da Procuradoria-Geral.

Os novos relatos feitos por Valério não terão efeito imediato na ação do mensalão. As penas continuarão a ser aplicadas. Eventualmente, caso haja um acordo de delação premiada num novo processo, o cumprimento da pena pode ser revisto e até diminuído, a depender da Justiça.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

01 NOV 2012

AS PENAS

Marcos Valério
EMPRESÁRIO



40 ANOS
1 MÊS E 6 DIAS
DE PRISÃO*

CRIMES (PENA PREVISTA)

PENA DEFINIDA PELO STF

CORRUPÇÃO ATIVA (DE 2 A 12 ANOS)

CONTRATO COM A CÂMARA

4 ANOS 1 MÊS + MULTA DE R\$ 432 MIL

CONTRATO COM O BANCO DO BRASIL

3 ANOS 1 MÊS 10 DIAS + MULTA DE R\$ 108 MIL

COMPRA DE VOTOS

7 ANOS 8 MÊS + MULTA DE R\$ 585 MIL

FORMAÇÃO DE QUADRILHA (DE 1 A 3 ANOS)

2 ANOS 11 MESES

LAVAGEM DE DINHEIRO (DE 3 A 10 ANOS)

6 ANOS 2 MESES 20 DIAS + MULTA DE R\$ 78 MIL

EVASÃO DE DIVISAS (DE 3 A 7 ANOS)

5 ANOS 10 MESES + MULTA DE R\$ 436 MIL

PECULATO (DE 2 A 12 ANOS)

CONTRATO COM A CÂMARA

4 ANOS 8 MESES + MULTA DE R\$ 546 MIL

CONTRATO COM O BANCO DO BRASIL

5 ANOS 7 MESES 6 DIAS + MULTA DE R\$ 598 MIL

*Soma aritmética das penas. O STF ainda vai decidir a pena final

● **Retomada**

O plenário do Supremo retoma o julgamento do mensalão no dia 7 de novembro, após dez dias de "recesso" do caso, devido a uma viagem do relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, para tratamento de saúde.

CONTINUA

0 1 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Para Gurgel, benefício da delação não se estende a mensalão

Procurador-geral diz que, em tese, instrumento de delação premiada é possível só até a fase de instrução do processo

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou que se o empresário Marcos Valério fizer um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal, ele não seria beneficiado no processo do mensalão, em julgamento no Supremo Tribunal Federal. Gurgel disse que isso só ocorreria em outras investigações e processos em curso.

Uma pessoa condenada que tenha sido beneficiada pelo instituto da delação premiada, quando aceita a colaborar com a Justiça, pode ter assegurada a redução ou até a extinção da pena, além da possibilidade de cumpri-la em regime semiaberto e até o perdão judicial. Condenado pelo STF a 40 anos, Valério é alvo de mais de dez apurações criminais País afora, tendo sido condenado em alguns deles. No dia 22 de setembro, um fax assinado por Marcelo Leonardo, advogado de Valério, foi enviado ao presidente do STF, Carlos Ayres Britto, com pedido para que o empresário pudesse prestar novo depoimento. O documento referia-se, sem detalhar o porquê, à lei da delação premiada e à obrigação de se protegerem pessoas ameaçadas de morte.

Sempre fazendo questão de dizer que falava em tese, Gurgel afirmou que Valério só poderia ser beneficiado no processo do mensalão se o acordo tivesse sido firmado durante a instrução do caso. Em setembro, porém, o caso já estava em julgamento. “Na Justiça, ele tem um grande volume de processos: O que se tem de entendimento normalmente é que só é possível qualquer benefício de delação premiada no máximo até o fim da instrução processual”, afirmou Gurgel.

O procurador-geral disse que, quando ocorre uma proposta dessas, o MP examina e, se concordar, encaminha para homologação. Ele não quis dizer se um acordo com Valério estaria em curso mas observou que, em relação a uma proteção para o empresário, o pedido será apreciado no momento da execução da pena. “Claro que sempre se vai procurar assegurar todas as condições de segurança”, destacou.

CONTINUA

01 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Citar ex-ministro é 'insanidade', diz advogado

● Estado psicológico

JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

ADVOGADO DE ANTONIO PALOCCI

"Fazer uma afirmação dessas contra quem nunca teve qualquer participação de sustentação de base, e é este o caso de Palocci, é insanidade derivante de um estado psicológico diante da situação pessoal que ele (Valério) vive."

A assessoria do Instituto Lula, que representa o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, informou que não se pronunciaria sobre o assunto por desconhecer o conteúdo das declarações dadas por Marcos Valério ao Ministério Público Federal.

O criminalista José Roberto Batochio, que defende o ex-ministro Antonio Palocci, rechaçou com veemência a citação feita pelo empresário Marcos Valério. "É uma insanidade", protestou Batochio.

Palocci afirma, segundo esclareceu seu advogado, que "não tratava de base de governo" e que "nunca teve qualquer tipo de contato" com o operador do mensalão.

Batochio foi taxativo. Ele disse que Palocci ficou "perplexo com essa informação". "Fazer uma afirmação dessas contra quem nunca teve qualquer participação de sustentação de base, e é este o caso de Palocci, é insanidade derivante de um estado psicológico diante da situação pessoal que ele (Marcos Valério) vive."

Valério já está condenado a mais de 40 anos pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do mensalão - sanção imposta pelos crimes de corrupção ativa, lavagem de dinheiro, peculato, quadrilha e evasão de divisas. Ele também recebeu multa de cerca de R\$ 2,7 milhões.

Prisão. A pena levará Valério a cumprir parte da punição em regime fechado. A pena e o valor da multa ainda são parciais e poderão ser alteradas pelos ministros do Supremo até o fim do julgamento na Corte.

Além desse processo, ele responde a outras ações penais. Em uma delas, é acusado de montar esquema semelhante em Minas na fracassada tentativa do então governador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) se reeleger em 1998.

Com a soma das penas de todos esses processos, Marcos Valério pode passar décadas na cadeia.

01 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Folclore

Governador viaja outra vez ao exterior, autoriza compras de edifícios pelo Judiciário e agora quer botar a Procuradoria Geral do Estado num hotel de luxo (que também adquirirá) em troca de recursos da habitação popular. É por isso que a receita não acompanha as despesas e por isso que naufraga politicamente.

Portal

Vejam a farsa: criam o portal da transparência e os deputados não podem e nem querem saber o que o governador fará no exterior. Haja mala preta!

01 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Excluído

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná confirmou decisão liminar concedida há duas semanas e manteve o empresário Everton Muffato fora do processo por corrupção ativa. A decisão, com base no voto do relator José Carlos Dalacqua, foi unânime. Com isso, o processo segue apenas contra o empresário Anderson Fernandes, do Depósito Sanderson. O entendimento do TJ é que não houve demonstração clara do envolvimento de Muffato na denúncia. A acusação é de que os dois teriam, mediante oferecimento de propina, evitar a revogação da lei municipal 10.092/2006, conhecida como Lei da Muralha, para que não houvesse concorrência com um novo supermercado que o empresário pretendia instalar na Zona Sul, em imóvel pertencente a Fernandes. Eventual recurso cabe à Procuradoria de Justiça, que opinou contra o trancamento da ação criminal em relação a Muffato.

Comissionados de Foz

A 3ª Vara Cível de Foz do Iguaçu determinou que o prefeito da cidade, Paulo Mac Donald Ghisi (PDT), suspenda a nomeação e o pagamento de 11 cargos comissionados do Executivo. A decisão foi proferida com base em uma ação civil pública do Ministério Público do Paraná, que sustenta que as atividades exercidas pelos funcionários não correspondiam à natureza do cargo comissionado (permitido apenas nas funções de chefia ou assessoramento). Eles estavam lotados na Secretaria de Esporte e Lazer. A juíza Marcela Simo-nard Loureiro Cesar determinou a suspensão das nomeações e dos pagamentos dos comissionados, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00.

CLÁUDIO HUMBERTO

Inutilidade

Faltou dizer: o recorde de 20% de votos nulos, brancos e abstenções no 2º turno mostraram também a desaprovacão ao voto obrigatório.

MILITÃO

- A Academia de Letras, Ciências e Artes de Londrina ouvirá, domingo, a partir das 10h35, palestra do acadêmico Sérgio Alves Gomes, que abordará o tema "Da Filosofia do Direito aos Direitos Humanos: uma reflexão filosófica". O professor e juiz aposentado é craque no assunto.

0 1 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

TRF4 suspende limite a gratificações

Benefício continua sendo pago a 11 ministros que integram conselhos de órgãos ou empresas

São Paulo - O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) suspendeu ontem os efeitos de decisão de um juiz federal que limitava as remunerações de ministros ao teto constitucional. A decisão, agora suspensa, foi expedida na última quinta-feira em caráter liminar e foi tomada em ação popular ajuizada em Passo Fundo (norte do RS). Ministros como Celso Amorim (Defesa), Fernando Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Paulo Bernardo (Comunicações) recebem verba extra porque integram os conselhos de administração de órgãos ou empresas estatais. Ao todo, a ação pede a suspensão dos jetons acima do teto de 11 ministros do governo Dilma Rousseff.

Há três meses, a Folha de S. Paulo informou que Guido Mantega (Fazenda) e Miriam Belchior (Planejamento), ambos incluídos na ação, receberam em maio R\$ 36 mil líquidos cada um devido à inclusão dos jetons por participações em reuniões da Petrobras.

O Ministério Público Federal foi ouvido no processo, concordou com o pedido da ação e classificou os pagamentos de "imoralidade". O desembargador Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle, no entanto, acatou recurso da Advocacia Geral da União (AGU) e

suspendeu os efeitos da decisão até o julgamento do mérito da ação no tribunal.

Algumas das estatais que têm ministros no conselho são Correios, BNDES, Eletrobras e Brasprev. Há casos em que não há relação direta entre as funções dos ministros e as áreas de atuação das companhias. Celso Amorim consta na ação como membro do conselho da hidrelétrica de Itaipu. Em defesa prévia, a AGU defendeu a legitimidade do acúmulo de remunerações. "A retribuição pelo exercício de função em conselho de entidade de direito privado guarda um caráter próprio, correspondente à retribuição de representação", alegou.

01 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Presos do 5º DP sofrem com superlotação e doenças de pele

Londrina - A carceragem do 5º Distrito Policial (DP), na zona norte, está superlotada. Ontem, 104 homens dividiam as seis celas construídas para abrigar 24 pessoas. O calor excessivo deixa a situação ainda mais caótica: parte da população carcerária apresenta doenças de pele em virtude da falta de ventilação e excesso de umidade. "Está desumano", comentou um servidor público, cuja identidade foi preservada.

A cena é muito parecida com a registrada no início do ano no antigo 2º DP. A carceragem estava com o triplo da capacidade e houve surto de sarna. A Promotoria de Saúde Pública solicitou a interdição do espaço, conseguiu judicialmente. Na tentativa de desafogar o setor, presos foram transferidos para outros distritos e unidades prisionais de Londrina.

Na época, um acordo entre as secretarias de Segurança Pública e de Justiça deliberou pela transferência semanal de pelo menos 15 detentos do 5º DP para a Casa de Custódia de Londrina (CCL), unidade que abriga presos provisórios. No entanto, o acordo não vem sendo cumprido. O descumprimento já foi motivo de críticas por parte do delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial, Márcio Amaro.

"Desde a rebelião na CCL no dia 12 não transferimos mais nenhum preso. A explicação é que muitas celas foram danificadas e

OAB promete encaminhar o caso à Promotoria Pública

não há como abrir novas vagas", explicou Amaro. A galeria 2 do presídio, onde ocorreu a rebelião, está interditada.

Amaro informou que na última semana determinou a transferência de dez presos para o 4º Distrito, como forma paliativa para diminuir a superlotação. O 4º DP, cuja capacidade é para 24 internos, abriga 60 presos. "Fiz um pedido extraordinário para a Secretaria de Segurança para tirarmos 30 presos de uma vez só do 5º DP. Ainda estou aguardando uma resposta", frisou Márcio Amaro.

A Secretaria de Segurança informou que o acordo com a Secretaria de Justiça continua em vigor e que está buscando outro local para que as transferências de presos possam ser retomadas nos próximos dias.

A superlotação também traz insegurança. No último fim de semana a polícia conseguiu frustrar uma fuga em massa. Os detentos escondiam brocas, estoques e celulares nas celas.

A situação da carceragem do 5º DP chama a atenção de entidades de direitos humanos. "Tem uma série de situações que precisam ser discutidas no sistema carcerário do Paraná,

mas parece que o governo fecha os olhos para isso e não toma providências", criticou o coordenador do Centro de Direitos Humanos de Londrina, Carlos Enrique Santana.

A comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promete encaminhar o caso à Promotoria Pública. "A gente vai averiguar essa situação in loco com o Ministério Público. Não pode ficar assim", afirmou a advogada Caroline Thon. O promotor de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais e da Saúde Pública, Paulo Tavares, não tinha conhecimento do problema e prometeu apurar o caso.

0 1 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Vítima indenizada

O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região condenou a União a pagar R\$ 5 mil de indenização por danos morais a uma moradora de Curitiba que teve CPF e título de eleitor obtidos por uma falsária junto à Caixa Econômica Federal e ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). A decisão confirmou a sentença de primeiro grau.

Segundo a autora da ação, em 2004 uma mulher fez a documentação falsa após roubar sua carteira de identidade. Depois, gastou grande valor em compras e realizou um seguro de vida com beneficiário desconhecido. Em 2009, a vítima ajuizou ação de indenização contra a União, alegando que teve seu nome incluído no cadastro de inadimplentes por seis anos e que receava perder a vida devido ao seguro comprado em seu nome.

tribuninha Perde...

A Justiça Eleitoral multou em R\$ 212 mil a Rede Massa por privilegiar o então candidato Ratinho Junior na cobertura do 2.^o turno das eleições. A decisão da juíza Renata Estorilho Baganha é referente ao Jornal da Massa dos últimos dias 17 e 17 de outubro.

...ganha

Em outra decisão, o Tribunal Regional Eleitoral afastou multa de R\$ 42,5 mil imposta à Rede Massa pela 3.^a Zona Eleitoral. A representação foi extinta por ter sido apresentada fora do prazo processual correto.

01 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

FALSÁRIA

TRF condena União a indenizar curitibana

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) condenou a União, na última semana, a pagar R\$ 5 mil de indenização por danos morais a uma moradora de Curitiba que teve CPF e título de eleitor obtidos por falsária em seu nome junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). A decisão foi da 4ª Turma e confirmou sentença de primeiro grau.

A autora da ação relatou que uma mulher teria feito a documentação falsa após roubar sua carteira de identidade. Em seguida, teria gasto grande valor em compras e realizado um seguro de vida com beneficiário desconhecido da autora.

O fato ocorreu em 2004 e a vítima ajuizou ação de indenização contra a União em 2009. Ela alegou que teve seu nome incluído no cadastro de inadimplentes por seis anos e que receava perder a vida devido ao seguro comprado em seu nome.

Mais multa

A campanha já acabou, as eleições terminaram, mas a Rede Massa, de propriedade do apresentador Carlos Massa, o Ratinho, pai do deputado federal e candidato a prefeito derrotado no segundo turno, Ratinho Júnior (PSC), continua colecionando multas por conta do comportamento dos telejornais da emissora durante a disputa. Ontem, a Justiça Eleitoral multou a empresa em R\$ 212 mil a Rede Massa, por favorecimento a Ratinho Jr na cobertura do segundo turno, e ataques à Gustavo Fruet (PDT). A decisão da juíza Renata Estorilho Baganha é referente ao Jornal da Massa dos últimos dias 17 e 18 de outubro, e atende a ação da coligação de Fruet.

ALMIRANTE TAMANDARÉ

Com os servidores

O prefeito de Almirante Tamandaré, Vilson Goinski, e o secretário de assuntos jurídicos, Victor Vitelci de Souza Alves, atenderam uma comissão de 10 servidores do município, ontem. A conversa girou em torno do desconto de cinco dias de trabalho que será efetuado pela Prefeitura no próximo pagamento dos servidores efetivos, conforme sentença judicial do Tribunal de Justiça, referente a um dia de trabalho por ano (2008, 2009, 2010 e 2011 e 2012) de contribuição sindical.

Governador em exercício recebe homenagem da PM

O governador em exercício Miguel Kfoury Neto foi homenageado na manhã desta quarta-feira (31/10) pela Polícia Militar por ser o primeiro militar estadual a exercer o mais alto cargo do executivo. Ele recebeu um livro de memórias e uma placa comemorativa fixada em um obelisco na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

“É uma demonstração de carinho e respeito de toda a tropa da Polícia Militar, que com muito orgulho já integrei”, disse, emocionado, o governador em exercício. Kfoury Neto entrou no Corpo de Bombeiros em 1972 e permaneceu na corporação até 1984.

Em sua trajetória na corporação, Kfoury fez parte do quadro da APMG. “Os três anos de academia serviram não só para o aprimoramento da minha formação intelectual, mas, sobretudo, foi uma formação para a vida. Aprendi disciplina de trabalho, dedicação ao estudo e a luta constante pela conquista de objetivos, que levarei até o fim”, afirmou. O comandante-geral da PM, coronel Roberson Luiz Bondaruk, destacou que é uma honra para a corporação ter Kfoury Neto como governador em exercício. “É o primeiro oficial da PM a ocupar o cargo de governador, mesmo que por pouco tempo”, disse.

O diretor-geral da Secretaria da Segurança Pública, Ramatis Fávero, o secretário-chefe da Casa Militar, coronel Adilson Castilho Casitas, professores, instrutores e monitores do corpo docente da APMG participaram da homenagem. O pelotão de cadetes Alfa Crusis (nome da estrela mais brilhante do Cruzeiro do Sul) fez apresentação de ordem unida sem comando sob coordenação do major Adonis Nobor Furuushi

Kfourri participa de cerimônia que eleva as comarcas de Cianorte e Campo Mourão

O governador em exercício Miguel Kfourri Neto participa nesta quinta-feira (01/11) da cerimônia que eleva as comarcas de Cianorte e Campo Mourão de entrância intermediária à entrância final. Com a modificação, o atendimento à população será aprimorado, com aumento no número de serviços e profissionais.

Depois da cerimônia em Campo Mourão, o governador em exercício recebe o título de cidadão honorário, de vereadores. A homenagem é reconhecimento à atuação dos desembargadores no processo que aprovou a elevação da comarca de Campo Mourão à entrância final.

O primeiro-vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação conduz as solenidades, que terá a participação ainda do gestor do processo de instalação e estatização, desembargador Guilherme Luiz Gomes; do corregedor-geral, desembargador Noeval de Quadros e do desembargador Espedito Reis do Amaral.

Em todo o estado, somente no último ano, foram aprovadas as elevações de 10 comarcas da entrância intermediária à final. No mesmo período, cinco comarcas de entrância inicial passaram à intermediária.

CIANORTE – A comarca de Cianorte, que integra a 25.^a Seção Judiciária e atende também aos municípios de Indianópolis, Japurá, Jussara, São Manoel do Paraná e São Tomé, conta com um juizado especial cível e criminal; duas varas cíveis; uma vara criminal; uma vara da infância e da juventude família, registros públicos, acidentes do trabalho e corregedoria; um ofício distribuidor, contador, partidor, avaliador e depositário público.

CAMPO MOURÃO – A comarca de Campo Mourão integra a 23.^a Seção Judiciária, que abrange Farol, Janiópolis e Luiziana. A comarca conta com um juizado especial cível e criminal; duas varas cíveis; duas varas criminais; uma vara da infância e da juventude, família, registros públicos, acidentes do trabalho e corregedoria; um ofício distribuidor, contador, partido, avaliador e depositário público.

Sindijus

31/out/2012

Sindijus-PR requer providências quanto às condições do edifício do Fórum Cível de Curitiba

O Sindijus-PR preocupado com os tremores e surgimento de rachaduras que vêm acontecendo no edifício do Fórum Cível de Curitiba, protocolou ontem (30) um pedido administrativo no Tribunal de Justiça (TJ), requerendo informações e providências quanto às condições do prédio.

O motivo, segundo o coordenador-geral do Sindicato, José Roberto é que essas ocorrências vêm causando insegurança e intranquilidade tanto aos servidores quanto a população em geral. "Queremos um ambiente saudável e seguro para todos", enfatizou.

O Sindijus-PR busca garantias concretas, baseadas em dados que comprovem a segurança do local, para que assim, todos possam frequentar o prédio com tranquilidade.

Governador em exercício anuncia construção de novo Fórum para a comarca

O governador em exercício, desembargador Miguel Kfourri Neto, participou hoje (30), em Foz do Iguaçu, do 52º encontro da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Paraná, ocasião em que confirmou o início da construção de um novo Fórum em Foz do Iguaçu a partir de 2013.

Além disso, antecipou que em dezembro serão instaladas duas novas Varas da Fazenda no município.

O desembargador Kfourri Neto adiantou ainda que nesta semana cumprirá agenda como governador em Cianorte e Campo Mourão, para a elevação das comarcas dos dois municípios à entrância final. “Estamos dando sequência à rotina de governo, cumprindo compromissos e despachando atos inerentes à função”, disse.

Jornal Tá Sabendo 31/10/2012

Câmara de Campo Mourão entrega títulos honoríficos a desembargadores nesta quinta

Campo Mourão

Nesta quinta-feira (1/11), em sessão solene que acontecerá nas dependências do Celebra Eventos, a partir das 19 horas, a Câmara de Vereadores de Campo Mourão fará a entrega de Título de Cidadania Honorária do Município a três desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná. A principal honraria do Município será outorgada aos desembargadores Espedito Reis do Amaral, Miguel Kfoury Neto e Noeval de Quadros.

A homenagem é em reconhecimento a atuação dos desembargadores no processo que aprovou a elevação da comarca de Campo Mourão a categoria de Entrância Final. Tratava-se de uma antiga reivindicação do Município e o pleito foi encampando por inúmeras instituições e lideranças locais e regionais.

Os projetos que concederam a honraria são de autoria do vereador e advogado Edoel Rocha. “Os mais diferentes segmentos da comunidade mourãoense mobilizaram-se na luta pela elevação da comarca a categoria de Entrância Final e essa importante conquista somente se concretizou por que houve a sensibilidade e o reconhecimento por parte dos homenageados”, explica Edoel Rocha. A maioria dos demais vereadores também subscreveram os projetos.

Miguel Kfoury Neto é o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, enquanto Noeval de Quadros é o Corregedor Geral do TJ. Já o desembargador Espedito Reis do Amaral também contribuiu para a elevação da comarca e no passado atuou como juiz em Campo Mourão.

Na mensagem justificativa do projeto que concedeu o título ao presidente do TJ/PR, Miguel Kfoury Neto, o vereador Edoel Rocha observa que “essa conquista veio porque houve a sensibilidade, reconhecimento, mas principalmente, o apoio” do homenageado. Sobre a homenagem ao corregedor geral, desembargador Noeval de Quadros, o vereador salienta que o homenageado emitiu parecer favorável ao processo. “Essa homenagem é o reconhecimento do povo de Campo Mourão pela grandeza do gesto, pois essa contribuição muito vai ajudar o desenvolvimento do Município”. A sessão solene será presidida pelo vereador e advogado Eraldo Teodoro de Oliveira, secretariado pelo vereador Helton Borges.

Em exercício Miguel Kfoury Neto vem a Campo Mourão na condição de presidente licenciado do TJ e como governador em exercício do Paraná. Beto Richa encontra-se em viagem a China, Dubai e a Itália, no período de 30 de outubro a 9 de novembro, com o propósito de atrair novos investimentos ao Estado. Também o vice-governador Flávio Arns e o presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossini, encontram-se em viagens internacionais.